

# Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A.

CNPJ nº 33.150.606/0001-62

Demonstrações Financeiras Referentes ao Período Findo em 31/12/2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial		Nota	2019	Balanco Patrimonial		Nota	2019
Ativo / Circulante			252.233	Passivo e Patrimônio Líquido / Circulante			235.782
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.726.024		Fornecedores	9	38.539	
Contas a receber - parte relacionada	5	125.337		Salários e encargos sociais	10	1.747	
Contas a receber - não relacionada	6	44.387		Impostos, taxas e contribuições	11	423	
Outros ativos	6	424		Receita diferida	12	191.627	
Não Circulante			2.601	Outras obrigações		3.426	
Imobilizado	7	2.000		Não Circulante		3.367	
Intangível	8	2.401		Salários e encargos sociais	10	455	
Total do Ativo			254.834	Imposto de renda diferido	13	2.912	
				Patrimônio Líquido	14	15.705	
				Capital social		11.415	
				Reservas de lucros		4.290	
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		235.834	

Demonstração do Resultado Abrangente		19/03 a 31/12/2019
Lucro líquido do exercício		5.627
Total do resultado abrangente		5.627

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Informações Gerais:** A Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A. ("Companhia"), denominada comercialmente como Orbia, tem sua sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 3º andar, Torre Norte, conjunto 30, Brooklin Paulista, cidade de São Paulo/SP, foi constituída em 19/03/2019 e tem como atividade principal a gestão de um programa de fidelidade por cartão além de um marketplace para o agronegócio. A Companhia administra o programa de fidelidade da Bayer e em 2020 deverá iniciar a administração de programas de fidelidade para outras empresas. Através de programas de fidelidade, os clientes acumulam pontos Orbia na aquisição de produtos dos parceiros Bayer e outros. Adicionalmente, no intuito de avançar a base de clientes do programa de fidelidade, a Companhia lançou em 11/2019 uma plataforma digital para a compra e venda de insumos, no qual distribuidores e cooperativas abrangem suas lojas online para que o produtor possa comprar seus insumos e, em um futuro breve, provendo possibilidade de acesso a linhas de crédito e realizando o pagamento com seus grãos. A Companhia é uma controlada da Bayer S.A., que possui como controladora final a Bayer AG, sediada na Alemanha, cujas ações são listadas na bolsa de Frankfurt e a Bravium Comércio Ltda., sediada em São Paulo, que possui como principal quotista a BRV Participações Ltda. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23/03/2020. **2. Resultados das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico gerado é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

**2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem a caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez e com risco insignificante de mudança em seu valor justo. Os investimentos de alta liquidez são valorizados com base no valor original, acrescido de juros incorridos até as datas dos balanços. **2.4. Contas a receber:** Avaliadas inicialmente pelo valor justo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em consonância com o CPC o reconhecimento da receita no resultado. Dessa forma, a receita é apresentada líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados a disponibilização dos bens e serviços aos participantes. **Receitas de "breakage":** A receita de "breakage" é determinada com base em cálculo de pontos que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização das mesmas pelos participantes do programa. O cálculo é aplicado sobre os pontos emitidos no período corrente sobre os pontos acumulados do período de 36 meses, seguindo a política do programa que prevê o cancelamento dos pontos das contas dos clientes após este período. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente a perfil dos clientes e seu padrão histórico de resgate de pontos. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como o reconhecimento da receita de "breakage". A política do programa de pontos prevê o cancelamento de todos os pontos presentes nas contas dos clientes após 36 meses. **Comissão sobre intermediação:** A receita de comissão sobre intermediação está associada aos prestadores de serviço cadastrados na plataforma digital que são contratados por meio dos programas de pontos. Tal receita é reconhecida no resultado no momento da conclusão da intermediação de serviços entre o prestador de serviço e o participante do programa de pontos. **Comissão sobre intermediação - marketplace:** Refere-se às vendas de produtos transacionados pela plataforma marketplace da Companhia por seus parceiros e com conhecimento com base no valor de vendas dos participantes, a partir de um percentual acordado com os parceiros. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.14. Lucro por ação:** O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potencialmente convertíveis. **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Os dividendos - capital próprio pagos ou a pagar - são registrados a débito sobre o lucro líquido e a receita de "breakage" e são utilizados para complementar prêmios e aumentar o capital. No período findo em 31/12/2019, foram constituídos o montante de R\$281 referente ao lucro líquido do período. **2. Destinação do lucro:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 20 da Lei das Sociedades por Ações (11.638/07). E facultativa a distribuição de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia e, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas. Até a data das demonstrações financeiras, a destinação do dividendo mínimo obrigatório não havia sido

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo em 9/03/2019 (Data de Constituição da Companhia) Capital de constituição integralizado	Nota	Reserva legal	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros		
14.4	11.415	-	-	-	-	11.415
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.627	5.627
Reserva Legal	14.b	281	-	-	(281)	-
Dividendos mínimos	14.c	-	-	-	(1.337)	(1.337)
Transferência para reserva de lucros		-	4.009	-	(4.009)	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>11.415</b>	<b>281</b>	<b>4.009</b>	<b>-</b>	<b>15.705</b>

Demonstração do Resultado		Nota	19/03 a 31/12/2019	Demonstração dos Fluxos de Caixa		Nota	2019
Receita operacional líquida	16	13.862		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			117.337
Custo dos serviços prestados	17	(9.005)		Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			8.539
Resultado financeiro: Receitas financeiras	19	1.930		Ajustes: Depreciação e amortização	7 e 8		7
Despesas financeiras	19	(49)		Provisão para pagamento de bônus	12	(14.311)	
Resultado financeiro líquido		1.930		Provisão para ajuste de margem - contrato oneroso	10	2.089	
Lucro antes do IR e da contribuição social		8.539		Provisão de férias	10	453	
IR e contribuição social: Diferidos	13	(2.912)		Provisões diversas		345	
Lucro líquido do exercício		5.627		Provisão para multas e atualizações		33	
Lucro por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	15	0,4928		Aumento nos saldos de ativos: Contas a receber	5	(125.337)	

**Saldo líquido em 31/12/2019:** 2.401. Vida útil estimada - em anos: 4. **Fornecedores:** 2019: Fornecedores nacionais: 25.783; Fornecedores nacionais - partes relacionadas: 12.756; Total: 38.539. Parte substancial do saldo refere-se aos valores a pagar para os serviços prestados e produtos resgatados na plataforma de fidelidade. **10. Salários e Encargos Sociais:** 2019: Provisão para o pagamento de bônus (1); 1.372; Provisão de férias: 453; Imposto de renda retido na fonte a recolher sobre salários: 134; INSS a recolher: 187; FGTS a recolher: 56; Total: 2.202. Circulação: Circulação: 1.747. No circulado: 554. A Orbia possui política de Plano de Bônus/PLR (ICP-Incentivo de curto prazo) baseado em indicadores, metas anuais e área de atuação. Todos os colaboradores são elegíveis ao PLR. Os "targets" e pesos podem variar por cargo e área dentro da Companhia, de acordo com o impacto de cada posição. Esses targets são definidos junto com a tabela salarial e podem ser revisados periodicamente junto com as metas de mercado para que se mantenham competitivos e aderentes ao mercado. O ICP (Incentivo de longo prazo) é baseado em indicadores e metas anuais cumulativas da Companhia com ciclo de 3 anos. O objetivo desse plano é reconhecer e reter talentos em nível executivo, com alto impacto nas metas da organização. Somente os Gerentes Executivos e Diretores são elegíveis ao IL. Os targets e pesos podem variar por cargo e área dentro da Companhia, de acordo com o impacto de cada posição. Esses targets são definidos junto com a tabela salarial e podem ser revisados periodicamente, conforme necessidades da empresa. **11. Impostos, Taxas e Contribuições:** 2019: Imposto sobre serviços - ISS: 140; Programa de integração social - PIS: 14; Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS: 71; Contribuição social retida na fonte: 198; Total: 423. **Receita Diferida:** 2019: Receita diferida: 206.008; Provisão de receita de "breakage": (14.381); Total: 191.627. Os pontos emitidos são inicialmente registrados como receita diferida, e à medida que são resgatados pelos participantes do programa, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita, líquida dos custos diretos associados aos produtos e serviços fornecidos. O "breakage" reflete a receita reconhecida na data em que o participante passa a ter a titularidade dos pontos referente a estimativa de pontos emitidos para as quais não é esperado o resgate, ou seja, pontos que serão perdidos sem expectativa de utilização, que são reconhecidos no resultado no exercício da política contábil adotada observando o reconhecimento previsto, conforme divulgado detalhadamente na nota explicativa nº 2.13. **13. Imposto de Renda e Contribuição Social:** **13.1. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A alíquota combinada é 34%. De acordo com a atual legislação do imposto de renda, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não têm prazo para prescrição e sua utilização é limitada a 30% do saldo do lucro tributável anual. A reconciliação entre as despesas do imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominais e efetivas está demonstrada a seguir: **2019:** Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social: 8.539; Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social: 34%; Despesa com imposto de renda e contribuição social à taxa combinada: (2.903); Outros: (9); Débito de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: (2.912). **13.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos da Companhia têm o seguinte origem: **2019:** Provisão de receita de "breakage": (14.381); Provisão para o pagamento de bônus: 1.372; Provisão para ajuste de margem - contrato oneroso: 2.089; Outras provisões: 430; Prejuízo fiscal: 1.923. Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos: (8.567); Alíquota: 34%; Total do IR e da contribuição social diferidos passivos: (2.912). A Administração da Companhia estima, com base em seus estudos de projeções de resultados, que o atual saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos será substancialmente realizado nos próximos cinco anos. **14. Patrimônio Líquido: Capital social:** Em 19/03/2019, a Bayer S.A. e a Schering do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. constituíram a Rede Agro Fidelidade e Intermediações Ltda. com capital social de R\$1. Em 10/05/2019, a Bravium Comércio Ltda. entra no quadro societário com capital de R\$2.283, e a Bayer S.A. aumenta o capital para R\$9.132 e ocorre a alteração da razão social de Ltda. para S.A. Em 31/12/2019 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$11.415 representado por ações ordinárias escriturais, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: Quantidade de ações / 2019: Bayer S.A.: 9.132.000; Bravium Comércio Ltda.: 2.283.000; 11.415.000. **b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para complementar prêmios e aumentar o capital. No período findo em 31/12/2019, foram constituídos o montante de R\$281 referente ao lucro líquido do período. **c) Destinação do lucro:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 20 da Lei das Sociedades por Ações (11.638/07). E facultativa a distribuição de dividendos complementares em montantes a serem determinados pela Companhia e, em caso de deliberação, deve ser submetida à aprovação de Assembleia de Acionistas. Até a data das demonstrações financeiras, a destinação do dividendo mínimo obrigatório não havia sido

decidida e, assim sendo, o montante permanece registrado em "outras obrigações" dentro do passivo. **2019:** Lucro líquido do exercício: 5.627; Lucro líquido de reserva legal (5%): (281); Lucro líquido de reserva legal: 5.346; Dividendos mínimos obrigatórios: (1.337); **15. Lucro por Ação:** Básico e Diluído: 2019: Lucro líquido do exercício: 5.627; Média ponderada do número de ações (milhões): 11.415; Lucro básico e diluído por ação: 0,4928. **16. Receita Operacional Líquida:** 2019: Receita de resgate de pontos: 8.704; Receita de "breakage" e pontos expirados: 14.381; Comissões - IBDP: 3.528; Total: 26.614. Descontos e abatimentos: (2.089); Impostos incidentes: (8.633); Receita líquida: 15.862. **17. Custos dos Serviços Prestados:** 2019: Custos de plataforma: 247; Custos de suporte: 569; Depreciação: 89; Custos dos serviços prestados: 905. **18. Despesas por Natureza:** 2019: Despesas com pessoal: 6.773; Despesas com vendas: 480; Despesas com serviços: 1.008; Depreciação e amortização: 38; Total das despesas com vendas e despesas administrativas: 8.299. Comerciais: 4.647; Gerais/administrativas: 3.652. **19. Resultado Financeiro:** 2019: **Receitas financeiras:** Ganhos em aplicação financeira: 2.019; Outros: 5; (-) Impostos sobre receitas financeiras: (94); **1.930. Despesas financeiras:** IOF: (21); Multa e atualização: (12); Outros: (16); (49). **Resultado financeiro líquido:** 1.881. **20. Partes Relacionadas:** Saldos: **Moeda R\$/ 31/12/2019: Ativo Circulante:** Bayer S.A.: 125.337; Total: 125.337. **Passivo Circulante:** Bravium Comércio Ltda.: 11.293; Monsanto do Brasil Ltda.: 920; Bayer S.A.: 543; Total: 12.756. **Transações: Moeda R\$/ 31/12/2019: Receita de vendas:** Bayer S.A.: 79.124; Monsanto do Brasil Ltda.: (1.168); Bravium Ltda.: (27.322); Total: 76.434. **Dividendos:** 1.337. **Remuneração:** 2.089. **21. Eventos:** A administração da Companhia, em 2020, deverá iniciar a administração de programas de fidelidade para outras empresas. O pessoal da administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar referente a salários e encargos, participação nos lucros e reembolso de despesas totaliza R\$2.452 no período findo em 31 de dezembro de 2019. **21. Instrumentos Financeiros:** Categorias de instrumentos financeiros: **2019:** Ativos financeiros: Custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa: 126.024; Contas a receber - parte relacionada: 125.337; Outros ativos: 424. **Passivos financeiros:** Custo amortizado: Fornecedores: 25.783; Fornecedores - partes relacionadas: 12.756; Outras contas a pagar e provisões: 2.089. **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, excluindo-se aqueles com partes relacionadas, quando comparados com os valores eventualmente obtidos em sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros, aproximadamente, substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, existem valores a receber de/da pagar a partes relacionadas que estão registrados de acordo com as condições acordadas entre as partes. **22. Gerenciamento de Risco:** A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Companhia estabelece, em princípio, por escrito, para a gestão de risco de investimento de recursos de caixa: **22.1. Risco de mercado:** a) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Durante o período findo em 31/12/2019, a Companhia teve a totalidade de suas vendas efetuada a uma parte relacionada em específico, e tem efetuado esforços na busca de novos clientes e diversificar sua carteira. **b) Risco de liquidez:** O planejamento orçamentário é preparado pela área de Finanças. A tesouraria recebe as informações, consolida e projeta o fluxo de caixa para o período de 3 meses. A Companhia investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sempre com liquidez diária, e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **22.2. Gestão do risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir o aumento sustentável do valor da Companhia para benefício de seus acionistas por meio de boa liquidez e credibilidade. A busca por estes objetivos é representada pela manutenção do custo de capital, pela otimização de sua estrutura, aperfeiçoando seus fluxos de caixa bem como a gestão efetiva de toda a espécie de risco. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme definido e mantido no balanço patrimonial. **23. Eventos Subsequentes:** Como é do conhecimento de todos, o Brasil está passando por uma pandemia e por isso estamos adotando uma série de medidas para proteger e/ou contribuir com nossos colaboradores e parceiros de negócios tais como trabalho remoto para todos os colaboradores e descontos (ou mesmo isenções) em tarifas em viagens de negócios. Até a presente data de emissão dessas demonstrações, não foi possível apurar qualquer impacto financeiro. No entanto, no longo prazo e dado que nossos negócios são on-line (digitais), essa situação tende a ajudar os nossos parceiros a continuar com seus negócios no ambiente digital ininterruptamente contribuindo com o crescimento de nossa Companhia.

**Ivan Richard Moreno Filho** - Presidente  
**Charles Henri Weiss Fernandes** - Contador - CRC SP/273380

**Edson Kazuyoshi Koga** - Diretor Financeiro  
**Edson Kazuyoshi Koga** - Diretor Financeiro

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 19/03/2019 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Agro Fidelidade e Intermediação S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 19/03/2019 (data de constituição da Companhia) a 31/12/2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Atendimentos:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a qual informa que a Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras e acordos com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossos papéis incluem, mas não se limitam, a manter os profissionais para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração e a governança pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos a objetividade e a imparcialidade ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras que descrevem a natureza e o impacto dessas condições, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16/04/2020. **Deloitte Touche Tohmatsu** - Auditores Independentes - CRC nº 2 SP/0106307-0; **Fernando Augusto Lopes Silva** - Contador - CRC nº 1 SP/2505010-7

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos a objetividade e a imparcialidade ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras que descrevem a natureza e o impacto dessas condições, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16/04/2020. **Deloitte Touche Tohmatsu** - Auditores Independentes - CRC nº 2 SP/0106307-0; **Fernando Augusto Lopes Silva** - Contador - CRC nº 1 SP/2505010-7

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos a objetividade e a imparcialidade ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras que descrevem a natureza e o impacto dessas condições, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16/04/2020. **Deloitte Touche Tohmatsu** - Auditores Independentes - CRC nº 2 SP/0106307-0; **Fernando Augusto Lopes Silva** - Contador - CRC nº 1 SP/2505010-7

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos a objetividade e a imparcialidade ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras que descrevem a natureza e o impacto dessas condições, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 16/04/2020. **Deloitte Touche Tohmatsu** - Auditores Independentes - CRC nº 2 SP/0106307-0; **Fernando Augusto Lopes Silva** - Contador - CRC nº 1 SP/2505010-7

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos a objetividade e a imparcialidade ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação,